

Renan Albuquerque - Weberson Grizoste
organizadores



Estudos
Clássicos e
Humanísticos
& Amazonidades

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Vol. 2

© by Alexa Cultural

Direção

Yuri Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Michel Justamend e Renan Albuquerque

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A319t ALBUQUERQUE, R.
G431w GRIZOSTE, W.

Estudos clássicos e humanísticos & amazonidades - vol. 2 , Renan
Albuquerque e Weberson Grizoste, Alexa Cultural: São Paulo, 2018

14x21cm - 218 páginas

ISBN - 978-85-5467-016-0

1. Antropologia - 2. Letras - 3. Estudos clássicos e humanísticos - 4,
Amazonas - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Letras

Estudos Clássicos e Humanísticos

Amazonas

Antropologia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores.

ALEXA

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexax@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com



Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.
6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA: A VISÃO DO POVO EM *A CONSTITUIÇÃO DOS ATENIENSES* E ALGUMAS REFLEXÕES PARA O PRESENTE

*Priscilla Gontijo Leite*¹

*Livia Maria da Silva*²

O atual cenário político brasileiro é marcado por crises de ordem política e institucional, o que provoca na população uma sensação de descrença política. Assim, a política não é vista como um mecanismo capaz de solucionar problemas estruturais na sociedade, refletindo diretamente na participação política do povo. O indício dessa descrença está no alto número de votos inválidos nas últimas eleições para prefeitos e vereadores em 2016, em que o total de votos inválidos superou o primeiro ou o segundo lugar dos candidatos eleitos em 22 capitais. Essa descrença política também é sintomática no questionamento da própria democracia enquanto regime político, uma vez que, desde as manifestações políticas de 2013, acentuou-se o número de manifestações em defesa de uma intervenção militar, propondo a alteração radical do regime hoje vigente.³

Portanto, é urgente pensar a democracia brasileira, a atuação política do povo e a formação da cidadania, pois esses são elementos intercambiáveis e passíveis de serem analisados por várias óticas. Diante dessas possibilidades, analisar-se-á esses elementos a luz da democracia ateniense, por acreditar-se que esse modelo democrático ainda tem algum interesse político para nós (Castorides, 2002, p. 277), por despertar reflexões sobre nossa própria maneira de fazer política. Para isso, o primeiro passo é superar o senso comum que fomenta uma

1 Professora Adjunta de Pré-História e História Antiga da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2 Graduanda em Letras Clássicas (UFPB) e participante do Programa de Iniciação a Pesquisa PIBIC/Cnpq UFPB. Parte das reflexões do presente texto foram desenvolvidas no plano de trabalho 2016-2017 “Olhares sobre a Democracia - Uma Análise de *A Constituição dos Atenienses*, de Pseudo-Xenofonte”

3 Uma declaração nesse sentido, que recebeu uma grande repercussão midiática, foi a fala do General do Exército ao final de sua palestra, que se mostrou favorável a uma ação militar com o intuito de acabar com a corrupção, posição que defende publicamente desde o governo de Dilma Rousseff. Para mais informações *vide* “Governo, Exército e Ministério Público não atuam contra general que defende a intervenção militar” Disponível em https://brasil.elepais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505775429_803723.html. Acesso em 25/09/2017.

visão estática do processo político, com um início bem definido e miraculoso, desenrolando até chegar em um fim que alcançaria todos “os povos civilizados”.

O senso comum gosta de acreditar não somente que *o* político ou *a* política caiu do céu, um belo dia, e portanto, na Atenas “clássica”, sob a forma miraculosa e autenticada da democracia; mas uma história perfeitamente linear nos conduz pela mão desde a revolução americana, passando pela “Revolução Francesa”, até nossas sociedades ocidentais, tão orgulhosamente convencidas que sua missão é converter todos os povos à verdadeira religião da democracia. (Detienne, 2014, p. 127-128)

Esse senso comum está imbuído da ideia de que há somente um modelo de democracia, como se houvesse apenas uma forma de se fazer política, e impede de perceber toda a dinâmica do mundo político. A desconstrução desse senso comum, além de permitir um melhor entendimento do passado, também amplia a visão sobre o presente, abrindo as opções para a intervenção da realidade. O estudo de Detienne (2014) se propõe a isso, ao utilizar de uma perspectiva que compara experiências políticas gregas a outras distantes do tempo e no espaço. Diante das inúmeras soluções que as diferentes sociedades encontraram com relação à política, um aspecto é convergente: a tomada de decisões em assembleia. Portanto, é possível estabelecer um sentido primordial para a assembleia, anterior mesmo à sua ampla utilização nos sistemas democráticos. O ato da assembleia significa um querer-se reunir para debater assuntos em comum (Detienne, 2014, p. 128). Esse sentido traz em si um ideal de política, ressaltando-o como um campo em que se busca a solução dos problemas por meio do debate e adoção de mecanismos que o privilegie.

Definido o objetivo principal da assembleia, deve-se explicitar quem pode participar dela. A participação na assembleia irá variar em cada experiência política e pode assumir contornos diferentes. A assembleia sempre será composta por aqueles que a coletividade acredita estarem aptos na condução dos debates e que, conseqüentemente, terão acesso à cidadania, a qual terá sempre seu controle muito rígido. No caso ateniense, depois de Péricles, o acesso à cidadania será permitido apenas aos filhos de pai e mãe atenienses, correspondendo a uma parcela pequena da população, girando em torno de um terço.⁴ Os cidadãos formam o *demós*, que terá a prerrogativa de participação na assembleia. Ao participar ativamente na condução dos afazeres da cidade, o *demós* se proclama

4 A discussão historiográfica sobre o número de cidadãos e sua relação com os demais habitantes da polis já é consagrada e um panorama das principais correntes está em Ferreira (1989).

absolutamente soberano, por reger suas próprias leis (*autonomos*), possuir sua jurisdição independente (*autodikos*) e governar-se a si mesmo (*autoteles*) (Castoriades, 2002, p. 304).

Demos é uma das palavras que compõem o termo democracia, a qual é formada pela junção de *demos* e *kratos*. A palavra *demos* possui uma gama de significados, variando de um sentido territorial a político, ou mesmo contendo nuances de ambos, pois pode indicar tanto a porção do território, quanto o povo que nele habita (Benveniste, 1995, p. 92; Chantraine, 1968, p. 273). A palavra pode indicar o povo como um todo, o corpo de cidadãos especificamente ou as pessoas mais pobres (Xenofonte, *Memoráveis*, IV, 2.37). Uma acepção geral para *demos* é um grupo de homens unidos por uma mesma condição, e, na visão de Aristóteles, o *demos* é composto por pequenos comerciantes, marinheiros, artesãos e agricultores:

Assim, na facção popular (*δήμου*) existe uma espécie de cidadão, os agricultores; uma outra, a dos artesãos; uma outra, a dos mercadores dedicados à compra e à venda; e outra, a dos homens do mar que incluem os que se dedicam à marinha de guerra, à marinha de longo curso, ao transbordo, e à frota pesqueira. [...] Além destas, a classe popular integra ainda outras espécies de cidadão. Tal como a dos operários e a daquele cujo patrimônio é tão escasso que não lhes permite fruir de tempos livres; e há ainda os indivíduos livres devido ao estatuto de cidadão de um dos pais. (Aristóteles, *Política*, IV, 1291b 16-21)

Já a palavra *kratos* indica força, soberania, superioridade e predominância (Benveniste, 1995, p. 71). A formação da palavra “democracia” difere de outras já consolidadas no vocabulário político grego, como “monarquia” e “oligarquia”, que são compostos por *monos* (um) / *oligos* (poucos) e *arché* (poder). Assim, democracia nasce como um termo polêmico, pois ressalta a violência, por ser a manifestação da predominância de uma parcela da população, os mais pobres, sobre a cidade pelo uso da força (Platão, *República*, VIII, 557a-c; Canfora, 2015, p. 180-181). Os inimigos da democracia ressaltavam sua ausência de convivência política, por ser fundada no domínio da violência e sobre ela, com grandes traços de intolerância, por não permitir que seus adversários tenham espaço (Canfora, 1999, p. 55) – o que na prática não ocorreu, como se verifica em Atenas uma difusão de textos contendo críticas à democracia.

A atuação do *demos* é a característica determinante da democracia, porém nem sempre o *demos* e a democracia são visto de forma positiva, e para entender a relação entre ambos, analisar-se-á as representações do *demos* e de sua

atuação na democracia descritas no opúsculo *Constituição dos Atenienses*, presente no *corpus* de Xenofonte. No texto, a atuação do povo é vista como essencial para a manutenção do sistema democrático e são apresentados aspectos do funcionamento da democracia e críticas diretas ao *ethos* do povo.

A palavra *demos* (δημος) tem 42 ocorrências na *Constituição dos Atenienses*, distribuídas nos parágrafos: 1.2 (2x); 1.3 (4x); 1.5; 1.7; 1.8 (2x); 1.9; 1.10; 1.13 (4x); 1.14; 1.16 (3x); 1.17; 1.18 (2x); 2.9 (2x); 2.10; 2.14; 2.15; 2.17 (3x); 2.18 (3x); 2.19 (2x); 2.20 (2x); 3.1; 3.11 (2x); 3.13. Já a palavra democracia (δημοκρατία) tem um total de nove ocorrências, distribuídas nos parágrafos 1.4 (2x); 1.5; 1.7; 2.20; 3.1; 3.8; 3.9; 3.12. O que é significativo, se considerarmos que o opúsculo tem 53 parágrafos, pois demonstra que a temática sobre o povo e sua relação com a democracia é recorrente. Além do termo *demos* há vários outros correlatos, tais como δημότης⁵ (1.4), δημοτικός⁶ (1.4 (2x); 1.6; 1.15; 2.18; 2.19), δημόσιος⁷ (2.9; 3.4).

Sobre o opúsculo é difícil precisar a datação e a autoria. A respeito do primeiro, as evidências internas, como a descrição de tributos e impostos pagos regularmente pelos aliados (1.15, 1.17, 2.1, 3.2, 3.5), indicam que a obra foi escrita durante a primeira tassaocracia ateniense, no período de 431 a 424⁸ (Canfora, 1999, p. 9^o; Martins, 2011, p. 37-52). É consenso a data limite do opúsculo ser 413, antes da derrota naval da Sicília, por ser a democracia descrita como um sistema estável, algo impensável após este episódio. É consenso, também, a vivência do autor no ambiente sócio-político dos anos de 420, tornando a *Constituição dos Atenienses* o exemplar mais antigo da prosa ática e também a mais remota crítica conhecida sobre a democracia. A maioria dos estudiosos também concorda que o público-alvo do opúsculo seria grupos aristocráticos, sendo a circulação restrita a esses (Canfora, 1999, p. 43). Isso torna-o ainda mais singular, pois, ao mesmo tempo em que critica a democracia, reconhece seu valor enquanto regime político e sua capacidade de atingir seu objetivo principal, que é o fortalecimento do *demos*, por ser o responsável pela talassocracia.

5 δημότης: homem do povo, pessoa privada; cidadão.

6 δημοτικός: pertencente ao povo, popular, partidário do povo, democrata.

7 δημόσιος: pertencente ao povo ou ao Estado, comum, público. Como substantivo: servidor público.

8 As datas mencionadas no texto, com exceção das referências bibliográficas, todas correspondem ao período antes de Cristo e, para evitar repetições, não se utilizará a sigla a.C.

9 Canfora ainda reduz esse intervalo ao propor 429-424 para a data provável do discurso, pois aparentemente o quadro democrático descrito pelo autor não tem a presença de Péricles e a descrição de como os atenienses se comportam em caso de guerra é indicativo de um período anterior a Guerra do Peloponeso.

Sobre a autoria há pouco consenso, com debates intensos e uma variedade de hipóteses. Por pertencer ao *corpus* de Xenofonte, foi considerada a possibilidade de ele ser autor, que logo foi descartada por causa da cronologia e do estilo, uma vez que o opúsculo tem repetições e o uso de um vocabulário destoante de outras obras de Xenofonte (Martins, 2011, p. 19). A partir de então, o opúsculo foi comparado com obras de outros autores como Eurípedes; Antífonte; Crítias; Xenofonte, o Velho; Xenofonte de Melite, filho de Eurípedes; Tucídides, filho de Melíseas. Em todos os casos, os dados biográficos, estilístico e o posicionamento político não conseguiram fornecer provas suficientes para atestar a autoria da *Constituição dos Atenienses*. Como não é possível determinar com precisão quem é o autor, os estudiosos tentam traçar seu perfil sócio-político para entender as críticas contidas na obra, considerando o autor um membro da aristocracia, com conhecimento dos cargos políticos e do funcionamento da democracia de Atenas, tendo recebido uma educação, provavelmente sofisticada, comum entre os cidadãos mais abastados da cidade. Acredita-se que o autor teve uma participação ativa nos negócios públicos e, em decorrência disso, foi exilado (Martins, 2011, p. 27). Para Canfora (1999, p. 10), o opúsculo é um diálogo escrito por alguém ligado à aristocracia, representado por dois personagens, um tradicionalista, detrator da democracia, e um oligarca inteligente, porta-voz das ideias do autor (Canfora, 1999, p. 46). O oligarca inteligente sustenta a ideia de uma coerência da atuação política do povo, mesmo com suas características negativas, opondo-se, assim, a visão tradicional aristocrática de que o *demos* é estúpido.

Por causa da dificuldade de se estabelecer a autoria, as tradições francesa, espanhola e italiana utilizam a denominação de Pseudo-Xenofonte. Parte da tradição anglo-saxônica denomina o autor de Velho Oligarca, destacando sua posição favorável aos oligarcas. Mais recentemente, alguns estudiosos utilizam simplesmente X para expressar a imprecisão da autoria. No presente trabalho, optou-se em utilizar Pseudo-Xenofonte para referir ao autor do opúsculo, pois, além de ser um nome recorrente na historiografia, demonstra a trajetória do manuscrito até nós, já que ele foi encontrado no *corpus* de Xenofonte, que escreveu *Constituição dos Lacedemônios*, relatando o modo de vida e organização política dos espartanos.

A redação de constituições (*politeiai*) foi típica dos séculos V e IV, momento em que a discussão em torno das melhores formas de governo ocupava os círculos intelectuais. As *politeiai* têm caráter político, científico ou filosófico

(Martins, 2011, p. 57) e, a partir de Aristóteles, passam a ser um gênero literário específico. O Liceu foi responsável pela escrita de 158 *politeiai*, cuja maioria conhecemos apenas os títulos. O filósofo define *politeia* como o conjunto de regulamentações e normas para a vida na cidade, pois o viver na *pólis* baseia-se na aceitação das leis: “Ora a *politeia* é a organização que, nos Estados, têm as magistraturas, a forma como se encontram distribuídas, bem como a determinação do elemento soberano e do objetivo de cada comunidade” (Aristóteles, *Política*, IV, 1289a15-18).

A obra de Pseudo-Xenofonte, porém, não se propõe a estabelecer uma constituição ideal e nem demonstrar o desenvolvimento histórico da *pólis*. O nome *Atbenaion Politeia – Constituição dos Atenienses* – foi atribuído posteriormente, possivelmente a partir das primeiras linhas do opúsculo, o que explica sua singularidade diante das demais *politeiai*. O opúsculo é uma crítica à democracia sob a ótica aristocrática, por ela ser um regime político que concede privilégios ao povo. Porém, ao mesmo tempo, o autor ressalta as funcionalidades desse regime e a atuação do povo para o fortalecimento e a manutenção da democracia. Portanto, a partir dessa fonte, é possível destacar a relação entre *demos* e democracia, numa prática real em que as qualidades e defeitos são apontados, bem como as disputas de poder entre os ricos e pobres. Para entender esses aspectos deve-se também destacar a relação entre democracia e talassocracia e a atuação do povo no exercício hegemônico de Atenas no Mediterrâneo.

Logo no primeiro parágrafo, Pseudo-Xenofonte se mostra contrário à democracia ateniense pelos privilégios que os mais pobres recebem, apresentando assim uma característica do *demos*: *πονηρός*. Mesmo assim, ele irá concentrar na apresentação de como ela funciona e os motivos para sua preservação, apesar das severas críticas que o regime recebe dentro e fora de Atenas.

Quanto à forma de governo dos Atenienses, que escolheram este tipo de constituição, eu não a aprovo pela seguinte razão: aqueles que a escolheram optaram por privilegiar a ralé (*πονηρούς*) ao invés da elite (*χρηστούς*). Eis por que a não aprovo. Mas já que decidiram desta maneira, pretendo demonstrar como eles conseguem preservar a sua constituição e resolver os restantes assuntos de Estado, mesmo recebendo a crítica dos outros gregos. (Pseudo-Xenofonte, *Constituição dos Atenienses*, 1.1)

Um das grandes façanhas políticas da democracia ateniense é sua relativa estabilidade política no ambiente da Hélade, em que crises e trocas de

governo eram constantes. Atenas permaneceu democrática por praticamente dois séculos, com pequenos momentos de interrupção, com os golpes de 404 e 411. Essa estabilidade é explicada em termos materiais pelo afluxo de riquezas para Atenas devido à talassocracia, à relação estabelecida com as cidades aliadas (1.14; 1.15; 1.16; 1.17; 1.18; 3.2), ao comércio marítimo (2.12), ao seu poderio naval (2.2; 2.3; 2.4) e à escravidão (1.9; 1.10; 1.11; 1.12; 1.17; 1.19). Para o autor, por meio da talassocracia, *os aliados foram-se transformando, cada vez mais, em escravos do povo ateniense* (1.18).

No opúsculo, os atenienses são caracterizados como senhores do mar, conseguindo buscar para si as principais riquezas de cada cidade:

Entre os Gregos e Bárbaros, os Atenienses são os únicos com capacidade de criar riquezas. Pois se uma cidade é rica em madeira para construção naval, a quem a irá vender se não tiver o acordo dos senhores do mar? E o que acontece se uma cidade é rica em ferro, cobre ou linho? Onde os irá vender se não tiver o acordo dos senhores do mar? Pois é exatamente destes materiais que são feitos os meus navios: de uma cidade vem a madeira; de outra, ferro; de outra, cobre; de outra, linho; e de outra, cera. (Pseudo-Xenofonte, *Constituição dos Atenienses*, 2.11)

Essa enorme riqueza além de se materializar nas edificações públicas, em especial na Acrópole, também assegura uma maior participação nos negócios públicos a partir da instituição do pagamento do *mitos*, com Péricles. Apesar de a remuneração ser inferior a um dia de trabalho, permitia que os trabalhadores livres pobres abdicassem de suas atividades corriqueiras para participar das discussões nas instituições políticas da cidade, pelo menos alguns dias durante o ano. Portanto, há um ganho psicológico e cívico com o fortalecimento do sentimento de pertencimento da cidade e a ampliação da participação popular, favorecendo a manutenção da democracia.

A riqueza advinda da talassocracia também serviu para aliviar tensões sociais, uma vez que gerava empregos dentro e fora da cidade, como o trabalho na construção de obras públicas e na marinha, em que os remadores, majoritariamente os mais pobres dentre os cidadãos, ficavam boa parte do tempo fora da cidade. Tudo isso diminuía o número de pessoas ociosas e desempregadas em Atenas, favorecendo a estabilidade política.

A estabilidade política foi assegurada pelo aspecto material pelas riquezas e da perspectiva simbólica pelos valores basilares da democracia (*isonomia*, *isocracia*, *isegora*) pautada na igualdade e no diálogo para a solução de problemas.

A prática constante do intenso debate nas assembleias e o acesso a palavra por qualquer um, permitiram a criação de um ambiente propício à aceitação das críticas como algo natural do jogo político, o que ajuda a entender as razões para o opúsculo realizar fervorosas críticas e, ao mesmo tempo, justificar a permanência da democracia.

Os conceitos de *isonomia*, *isocracia*, *isegora* não são utilizados expressamente no opúsculo, mas suas premissas ecoam principalmente quando autor explica o funcionamento da democracia. A democracia é caracterizada pela permissão do uso da palavra em igual condição (*isegoria*), bem como pela possibilidade de qualquer um de participar dos cargos públicos (*isocracia*). A participação do povo é um ponto importante para assegurar a defesa de uma política que o beneficie, e num tom prático, ainda justifica essa medida uma vez que, caso a democracia fosse dirigida pela elite, esta não elaboraria uma política de interesse para o povo:

Pode argumentar-se: não era necessário que eles permitissem a todos o uso da palavra em igualdade de condição, nem que todos fossem aceitos no Conselho, mas que somente concedessem tais direitos aos mais competentes e aos mais dotados; no entanto, também neste aspecto foi tomada a melhor decisão, a de deixar os da ralé (*πονηρούς*) falarem. Se fossem os da elite a falar e a legislar, seria excelente para os do nível deles, mas mau para os membros do povo. Atualmente, porém, qualquer um da ralé (*πονηρός*) que queira pode levantar-se e usar da palavra para defender os seus interesses e os do seu grupo. (Pseudo-Xenofonte, *Constituição dos Atenienses*, 1.6)

A participação popular nos negócios públicos é uma crítica aristocrática comum à democracia, por não ter o povo condições de tomar as melhores decisões, pois não foi preparado para isso, já que lhe falta dinheiro e educação, sendo então ignorante (Pseudo-Xenofonte, *Constituição dos Atenienses*, 1.5; Heródoto, *Histórias*, 3.81-82). Essa participação é necessária para fazer prevalecer os interesses do povo e, se opondo a visão tradicional, Pseudo-Xenofonte afirma que o povo possui consciência de seus interesses e de como agir para realizá-los, a ponto de aceitar no poder a permanência de homens de moral duvidosa, pois um homem mau que defende o povo valeria mais do qualquer outro, que sendo excelente, promoveria os interesses da elite: *Pode questionar-se: O que poderia um homem deste nível dizer que seja útil para si e para o povo? Mas é sabido que a ignorância, a perversidade e a boa vontade dos homens do povo valem mais do que o mérito, a sabedoria e a má vontade dos que compõem a elite.* (Pseudo-Xenofonte, *Constituição dos Atenienses*, 1.7)

O autor do opúsculo, ao demonstrar o funcionamento da democracia, utiliza críticas comuns da perspectiva aristocrática, principalmente no que se refere à capacidade do povo de governar, que são manifestas na sua caracterização do *demos*. Apesar disso, diferente de obras posteriores, como Platão e Aristóteles, ele não chega a propor um novo regime, seja real ou ideal. Também não se verifica a defesa da permanência do poder nas mãos da aristocracia e ainda afirma a posição contrária da elite a esse regime, que sempre se oporia à democracia (1.5).

Democracia e *demos* estão interligados e há poucas possibilidades de sobrevivência da democracia caso o poder do povo seja diminuído (3.9). Além disso, o povo fora do poder também poderia acarretar numa mudança econômica de Atenas, com impactos na talassocracia e interferindo no afluxo de riquezas para cidade. Dessa forma, mesmo acreditando que os aristocratas teriam melhores condições de realizar um bom governo, a continuidade da democracia é vista como algo inevitável, pois este é o único regime que assegura a liberdade ao povo:

A cidade pode não ser a ideal por praticar estas regras, mas a democracia está mais protegida desta maneira. Pois o povo não deseja um governo que o escravize, por melhor que ele seja. O que o povo deseja é ser livre e comandar, pouco importa se o governo for ruim, pois as razões que te fazem considerar este um mau governo são as mesmas que conferem força e liberdade ao povo. (Pseudo-Xenofonte, *Constituição dos Atenienses*, 1.8)

Assim, a ocupação do poder pelo *demos* é vista como algo legítimo, por ele ser o responsável pela frota marítima, fonte de riqueza e poder da cidade (1.2). Essa ocupação ocorre de duas maneiras: sorteio e eleições (1.3). O povo seleciona os cargos de maior risco e impacto na administração da cidade para serem decididos por meio de eleições. Esse é o caso de cargos militares, que normalmente fica nas mãos dos aristocratas. Os demais são escolhidos por sorteio e o *demos* reivindica para si. Esses cargos são remunerados e expressam a concepção de uma igualdade natural entre os cidadãos, por estar apto a exercê-lo qualquer cidadão. O sorteio permite um rodízio na ocupação dos cargos e uma alternância entre comandar e obedecer, assegurando a liberdade dos cidadãos (Aristóteles, *Política*, 1317b), bem como a participação de todos. Por meio dessa participação, os cidadãos se reconhecem e se reafirmam como *demos*:

A igualdade que os partidários da democracia pretendem para a massa da população é justa e vantajosa desde que vise os semelhantes. Se muitos cidadãos

exercerem cargos públicos, há toda a vantagem em que a legislação seja de índole democrática. É com esse intuito que se define um período de seis meses para o exercício de uma magistratura, de modo a possibilitar que todos os que pertencem à mesma facção social possam desempenhar cargos governamentais. A disposição que restringe a duração das magistraturas, permite que todos os indivíduos semelhantes participem por que formam uma espécie de povo. (Aristóteles, *Política*, V, 1308a)

A discussão sobre sorteio e eleição remete à discussão sobre as formas de governo e à oposição entre democracia e oligarquia e, finalmente, à discussão sobre quem estaria preparado para exercer o poder. Nesse aspecto, Pseudo-Xenofonte retoma elementos comuns da crítica aristocrática de considerar o povo interessado em governar apenas para receber um ganho financeiro, o *mithos*, numa argumentação semelhante à desenvolvida por Aristófanes, em *As Vespas*. O povo também é caracterizado como incapaz de atividades mais complexas e, por isso, delega essas funções aos aristocratas. Assim, a mistura de sorteio e eleições seria de interesse do povo, que conseguiria fazer valer seus interesses e ainda receber para isso.

O *mithos* é uma das formas do povo receber os benefícios da talassocracia. O império marítimo se mantém através do medo e da necessidade que Atenas impõe a seus aliados (2.3), conseguindo devastar terras mais poderosas (2.4) e tendo força para fazer expedições por vários dias (2.5). Atenas controla o comércio (2.11), principalmente o comércio marítimo (2.12), e, além do *mithos*, as riquezas advindas do comércio são revertidas ao povo com a realização de sacrifícios e festivais com o erário público. Dessa forma, o povo usufruiu dos banquetes e da repartição dos animais sacrificados (2.9), algo que provavelmente não aconteceria sem a interferência da cidade, pois a maioria não teria condições de pagar por isso. As riquezas também são aplicadas na construção de obras públicas, e o povo planeja construir para si os mesmos espaços que os aristocratas possuem, como palestras, vestiários e banhos. Esses espaços são mais utilizados pelo povo, pois os aristocratas têm suas próprias instalações particulares (2.10). A talassocracia permitiu ao *demos* ascender a um estilo de vida que pertence a aristocracia, ao proporcionar a distribuição de riquezas para aqueles que estavam no poder. Essa distribuição era questionada na própria Antiguidade, como demonstra a fala de Bdelicléon, que defende o fato do povo receber apenas migalhas das riquezas do império, sendo a verdadeira riqueza retida nas mãos dos aristocratas:

Então ouça: você poderia ser tão rico quanto todos os outros colegas seus; mas esses eternos aduladores do povo lhe tiram os meios. Você reina sobre uma porção de cidades, desde o mar Negro até a Sardenha, e sua única satisfação é esse salário miserável; e eles ainda lhe pagam avarentamente e gota a gota, como o óleo na mecha de um lampião; na realidade eles querem que você seja pobre. (Aristófanes, *As Vespas*, 695-705)

Para Trabulsi (2016, p. 29), *mitos*, banquetes, sacrifícios, banhos e outras edificações usadas pelo povo têm grande importância do ponto de vista simbólico e trazem em si satisfações reais no campo do sensível. Assim, a combinação entre poder marítimo e o poder do povo na cidade criou uma situação confortável em que quase inexistia o risco da fome, pois a talassocracia assegurava o abastecimento de grãos a preços estáveis. É inquestionável que a democracia ateniense possibilitou um ganho material para o *demos*, configurando uma de suas principais conquistas percebidas de imediato.

A democracia antiga alargou o número de beneficiários a uma quantidade de pessoas muito maior do que todos os regimes antes dela, muito maior do que todos os regimes não democráticos de seu próprio tempo, assim como de todos os regimes que existiram entre eles e as nossas democracias. (Trabulsi, 2016, p. 30).

No regime democrático, a melhoria de vida do cidadão está aliada ao exercício da liberdade (Ober, 2015) e, por isso, o governo cumpre o seu objetivo ao conferir ao povo o poder de realizar ações de seu interesse. O autor do opúsculo, por sua visão pragmática sobre democracia, concorda com isso, mesmo com as críticas e insatisfações manifestadas pela elite, que mesmo recebendo partes dos ganhos da talassocracia se sentia prejudicada por dividir o poder com o *demos*.

O olhar pragmático do autor não foi capaz de minimizar a imagem negativa do *demos*, tão forte nos círculos aristocráticos. A caracterização do povo se dá por meio de adjetivos negativos como *πονηρός*¹⁰ (ralé), *πένησι*¹¹ (pobres) e *χειρῶς*¹² (os de condição inferior), como bem exemplifica a passagem 1.4:

Há quem se impressione com o fato de em diversas circunstâncias se concederem mais benefícios à ralé (*πονηρούς*), aos pobres (*πένησι*) e aos populares (*δημοτικούς*) do que à elite, mas é exatamente ao defender esta prática que eles preservam a democracia. Os pobres (*πένητες*), os populares (*δημόται*) e

10 *πονηρός, ἄ, ὄν* (adj.): difícil, mal, vicioso.

11 *πένης, ἦτος* (adj.): pobre, indigente, que trabalha para viver; pobre de, que precisa de.

12 *χειρῶν, ὠν, ὄν* (adj.): mais fraco, de raça ou de condição inferior; mais malvado.

os de condição inferior (*χείρους*), quando prosperam, por serem muitos os que constituem este grupo, reforçam a democracia; mas quando são os ricos e a classe alta a prosperar, os populares armam contra eles uma feroz oposição.

A utilização desses termos serve para caracterizar o *demos* em termos econômico, moral e político e por isso não devem ser considerados como simples sinônimos. A caracterização moral do povo se dá pelo termo *πονηρός*, a econômica por *πένης* e a política por *δημοτικός*. Essas fronteiras se mesclam no termo *χείρων* que indica tanto uma ambiguidade econômica quanto moral. O termo mais utilizado para caracterizar o *demos* é *πονηρός*, que tem dez ocorrências distribuídas nos parágrafos: 1.1; 1.4; 1.5; 1.6 (2x); 1.7; 1.9; 1.14; 2.19 (2x). A maioria se concentra na primeira parte do opúsculo, momento em que são demonstrados o funcionamento da democracia ateniense e os motivos para o povo ser beneficiado no regime. Já *πένης* tem cinco ocorrências (1.2; 1.4 (2x); 2.9; 2.18) e, na metade delas, aparece correlacionado a *πονηρός*, já as demais aparecem no contexto em que se demonstra os benefícios do povo, como na partilha dos sacrifícios públicos (2.9) ou o tratamento nas comédias, sendo o povo menos criticado do que a elite (2.18). O termo *χείρων* tem uma ocorrência menor, aparecendo duas vezes (1.4; 3.10), no contexto em que se deprecia àqueles que irão apoiar a decisão do povo, pois ele tende a escolher os piores cidadãos. O *demos* também é caracterizado por sua ignorância (*ἀμαθία*, 1.5 (2x); 1.7); desordem (*ἀταξία*, 1.5), loucura (*μαινόμενος*, 1.9), perversidade (*πονηρία*, 1.5; 1.7).

A elite, por sua vez, é caracterizada positivamente, tendo associadas a ela palavras como mérito (*ἀρετή*, 1.7; 2.19); nobre (*χρηστός*, 1.1; 1.2; 1.4 (2x); 1.5; 1.6; 1.7; 1.9 (2x); 1.14 (5x); 2.19 (2x)); sabedoria (*σοφία*, 1.7); rico (*πλούσιος*, 1.2; 1.4; 1.13 (3x); 1.14; 2.10; 2.14; 2.18), poderoso (*δυνατός*, 2.8) e afortunado (*εὐδαίμων*, 2.10). Também encontramos os superlativos “o mais excelente” (*βέλτιστος*, 1.5 (2x), 1.14; 3.10; 3.11 (2x)); “o mais poderoso” (*δυνατωτάτος*, 1.3) e “o mais competente” (*δεξιωτάτος*, 1.6; 1.9).

Além do *demos* e da elite, outros habitantes da cidade são caracterizados no opúsculo. Metecos e escravos são descritos como possuidores de um estilo de vida muito próximo a dos cidadãos, pois em Atenas *o povo não se veste melhor do que os escravos e metecos e sua aparência também em nada é melhor* (1.10). Segundo Pseudo-Xenofonte, esta seria a razão para a existência de uma lei que proíbe castigar fisicamente os escravos, pois haveria o risco de agredir um cidadão ao confundir-lo com um escravo. A boa condição de vida dos escravos é assegurada pelo império marítimo (1.11), que, por sua vez, é dependente da escravidão.

A construção da imagem do *demós*, da elite e demais habitantes da cidade segue critérios basicamente econômicos, num claro movimento de oposição da elite com relação aos demais. As boas condições de vida do *demós*, escravos e metecos são asseguradas pelo regime democrático e por isso a preferência deles por esse regime. A relação entre formas de governos e critérios econômicos aparece na *Política* de Aristóteles, em que observa-se a verdadeira oposição nos regimes reside na riqueza e pobreza:

A verdadeira diferença entre oligarquia e democracia é a pobreza e a riqueza. É inevitável que quando o poder se exerce em virtude da riqueza, quer sejam poucos ou muitos, trata-se de uma oligarquia; quando os pobres governam, trata-se de uma democracia. Acontece, porém, que os ricos são escassos e os pobres numerosos. (Aristóteles, *Política*, III, 1280a)

Durante a maior parte da história da Grécia Antiga, prevaleceu regimes oligárquicos. Isso, somado ao fato de a pobreza ser vista como algo abominável (Trabulsi, 2016, p. 12), explica a construção de um pensamento que alia pobreza à falta de educação e, conseqüentemente, à incapacidade do povo de governar. A essa ideia, associa-se ainda a de que o povo seja ignorante, volúvel, instintivo e grosseiro. Portanto, a caracterização do *demós* por parte dos aristocratas sempre será hostil (Aristóteles, *Política*, V, 1310a).

A inovação da *Constituição dos Atenienses* de Pseudo-Xenofonte advém de um esforço para o entendimento da democracia que vá além da caracterização negativa do *demós*. De certa forma, há um elogio da democracia por alcançar seu objetivo e possibilitar a intensa participação daqueles que são importantes para manutenção material do regime. A ligação entre democracia e império marítimo assegura ao *demós* a possibilidade de construir um governo baseado na liberdade (1.6, 1.8), nas leis e na igualdade, graças à rotatividade dos cargos e ao seu acesso via sorteio. Essa visão de democracia, coincide com a proposta depois por Aristóteles. Segundo o filósofo, o objetivo da democracia é garantir a liberdade e isso acontece devido ao poder exercido pelo *demós*:

O fundamento do regime democrático reside na liberdade, tal como se costuma dizer; com efeito, dizem alguns que é apenas neste regime que se partilha da liberdade, e que nisso consiste o fim de toda a democracia. Ora, um dos atributos da liberdade consiste em ser governado e governar em alternância (...) o que acontece por via disso nas democracias é que os pobres são mais poderosos que os ricos, pois são em maior número, e o que prevalece é a opinião da maioria. (Aristóteles, *Política*, VI, 1317b)

O opúsculo apresenta uma forte visão política da realidade e com grande pragmatismo: *Trata-se de um realismo político em estado puro, e o resultado é uma grande lucidez na análise política* (Trabulsi, 2016, p. 14). A intenção da democracia é a defesa do interesse do povo, numa luta constante entre duas ordens, *demos* (os mais pobres) e a aristocracia (os ricos), pela hegemonia política da cidade. Para a aristocracia conseguir ocupar cargos importantes, deveria conciliar-se politicamente com o povo, lhe assegurando os benefícios da exploração do império, mesmo que isso, na visão de alguns conterrâneos, seja apenas migalhas.

Para o autor do opúsculo, o povo é capaz de conhecer seu interesse e lutar por ele através da criação de mecanismos políticos que possibilitem acesso ao poder e, com isso, a divisão das benesses do império marítimo, trazendo uma melhoria real para sua vida material e um ganho psicológico à medida que incrementa o sentimento de pertencimento à cidade por meio da participação política. Para tanto, é necessária uma participação popular efetiva, que é expressa na sua cultura política da participação direta (Trabulsi, 2016, p. 14).

A participação popular é a experiência de uma coletividade que funda uma soberania sobre si própria ao atribuir uma autoridade de deliberar sobre o justo e o injusto (Detienne, 2014, p. 134). Ao deliberar, o *demos* cria os valores norteadores da democracia (participação, liberdade e igualdade), que permanecem como referenciais até a atualidade, pois ao pensarmos em democracia evocamos uma determinada forma de expressá-los. Para nós, liberdade e igualdade estão conjugadas e alcançam seu pleno sentido apenas quando juntas (Castoriades, 2002, p. 272). Elas, aliadas à justiça, formam a base do que consideramos uma vida digna. Para os gregos, além disso, tem-se as ideias de belo e o bom (*kalos kagathos*), renome (*kleos* e *kléos*) e virtude (*arete*), todos elementos formativos de uma boa vida (Castoriades, 2002, p. 273). O exercício da democracia molda o âmagô do cidadão, numa expectativa do exercício da liberdade e da igualdade, aliada a condições materiais que lhe permitem alcançar o belo, o bom, o renome e a virtude. O desafio das sociedades contemporâneas ainda é aliar esses elementos, principalmente a liberdade, igualdade e justiça, permitindo uma ampla participação popular e que o cidadão se reconheça nessa participação como um sujeito ativo, e isso se torne um traço constituinte de sua identidade.

Pensar a democracia é refletir sobre quem exerce a soberania neste regime, independentemente se é uma democracia real ou idealizada. Quando o povo é caracterizado exercendo a soberania, se sobressai uma visão negativa so-

bre ele. A principal acusação contra o povo é sua ingerência e ignorância, que conduz a ações nefastas para a coletividade. Ainda hoje, esse é um dos pilares das teorias antidemocráticas e é usado nas críticas a democracia, em especial, quando se tem um forte apelo para mudança de governo. Infelizmente, na conjuntura recente brasileira, essa acusação ganha mais força nas manifestações públicas e privadas, como demonstra a corriqueira frase o “povo não sabe eleger”.

O fato do povo não saber eleger não deslegitima a democracia em si, e deve-se buscar refletir sobre os motivos e expectativas do povo com relação aos seus governantes eleitos. Trazer a discussão de Pseudo-Xenofonte para o cenário brasileiro é demonstrar a possibilidade de se defender a democracia, mesmo com a caracterização negativa do povo e também de se perceber que essa caracterização é uma construção realizada pelas elites, que, de uma forma ou de outra, sempre se mantém no poder. Portanto, a caracterização negativa do povo não pode servir de argumento para a destituição da democracia, que deve ser entendida como um espaço de negociação entre ricos e pobres, em que os últimos têm voz e assim capacidade de expressar suas demandas.

A obra de Pseudo-Xenofonte apesar de representar o *demos* como “ignorante, volúvel e interesseiro”, demonstra sua capacidade de constituir um governo em que a soberania estava pautada numa busca pela igualdade, nas deliberações e na instituição da justiça. Além disso, o opúsculo também apresenta a força da democracia na intensa participação popular, sendo o povo o elemento fundamental para sustentação do regime, seja em termos materiais seja de seu funcionamento institucional. Portanto, mesmo com um conflito de dois grandes grupos: os ricos e os pobres, a democracia prevalece norteadas pelos valores ligados a liberdade e igualdade. A prática democrática é uma resposta a esse conflito, que leva à acomodação dos interesses dos grupos.

A longevidade da democracia ateniense indica que ela foi uma resposta ético-política a determinados problemas que eram vivenciados. Mesmo quando a democracia recebe ferrenhas críticas sobre seu funcionamento, ela é capaz de fornecer ao homem um projeto de construção que visa a autonomia, aprimoramento ético e moral e participação direta e efetiva nos processos decisórios.

Voltar o olhar para a crítica antiga à democracia é perceber este regime como um campo de negociação e de conciliação pautado na busca da igualdade política. Atualmente, quando a democracia brasileira recebe crítica de todas as frentes, é salutar ter essa percepção a partir de uma fonte que ressalte a cultura

política da participação direta, da qual grande parte da população brasileira se sente excluída, e aprimorar o exercício da cidadania em nosso país.

Portanto, a democracia é o regime pautado na participação política que abre espaço para o maior número de pessoas se expressam com seus atos e suas palavras. Valorizar este aspecto é acreditar que ela permite a criação de espaço e tempo públicos, que permitem a coletividade pensar e repensar sobre si mesma, sendo um mecanismo de criação de sua identidade e da busca por seus valores. A democracia sempre estará ligada aos ideais de liberdade, igualdade e justiça, que não devem ser encarados como mitos, mas algo de passível realização (Castoriades, 2002, p. 270). Esses ideais não são unívocos e estão em jogo, num processo de constante disputa de tal maneira que são sempre revisitados e repensados. Mesmo com este jogo, a democracia consegue instituir o debate a respeito liberdade, justiça, equidade e de igualdade dentro do funcionamento de suas próprias instituições.

A democracia ateniense, apesar de ser alvo de intenso estudos da historiografia ao longo de vários séculos, ainda se mostra capaz de produzir reflexões pertinentes para os dilemas contemporâneos. Assim, a ela não deve ser vista como um modelo, mas um gérmen (Castoriades, 2002, p. 280), para nos impulsionar na construção da democracia que almejamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Autores Antigos

PSEUDO-XENOFONTE. (2011) *A Constituição dos Atenienses*. Tradução do grego, introdução, notas e índices de Pedro Ribeiro Martins. Coimbra: Editora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

ARISTÓTELES. (1998) *Política*. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega.

HERODOTO. (1988) *História*. Introdução e tradução Mário da Gama Cury. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

PLATÃO. (2001) *A República*. Introdução, tradução do original e nota de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

Autores Modernos

L. Canfora (1991) *La democrazia come violenza*. Palermo: Sellerio.

- L. Canfora (2011) *O mundo de Atenas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- M. Detienne (2014) *Os Gregos e Nós*. Uma antropologia comparada da Grécia Antiga. São Paulo: Edições Loyola.
- J. R. Ferreira (1989) Atenas, uma democracia? *Línguas e Literaturas. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 6, 171-187.
- J. A. D. Trabulsi (2006) *Partitipation directe et démocratie grecque – Une histoire exemplaire?* Presses Universitaires de Franche - Comté.
- J. A. D. Trabulsi (2016). A democracia ateniense e nós. *e-hum*. v.9 n°2 p. 8-31.
- C. Castoriadis. (2002) *As encruzilhadas do Labirinto II. Os domínios do homem*. São Paulo: Paz e Terra.
- E. Benveniste. (1995) *O vocabulário das instituições indo-europeias*. Campinas: Editora da Unicamp.
- J. Ober (2015) *The rise and fall of classical Greece*. New Jersey: Princeton University Press.
- P. Chantraine. (1968) *Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoires de mots*. Paris: Éditions Klincksieck.